

Novas propostas metodológicas em Ciências Sociais: os desafios da história oral

Fundação Calouste Gulbenkian
Para Abrir as Ciências Sociais
São Paulo, Cortez Editora, 1996

Resenhado por Lucília de Almeida Neves*

O SÉCULO XX, como já amplamente reconhecido pela comunidade de historiadores, foi marcado por profunda renovação metodológica no que se refere à produção de conhecimentos históricos. Impulsionados principalmente pelas propostas revolucionárias da Escola dos *Annales*, pesquisadores de diferentes países do mundo, em um movimento contínuo e crescente, foram se deixando seduzir por novos objetos e temas, por novas formas de abordagem da realidade histórica, por renovados procedimentos metodológicos e pela fascinante contribuição da interdisciplinaridade.

A revolução que atingiu a História, entretanto, não chegou a ter o mesmo impacto em áreas de conhecimentos afins, especialmente Sociologia e Ciência Política, que muitas vezes ainda têm resistido em romper

* Professora Titular de Metodologia da História e do Mestrado em Ciências Sociais da PUC-MG; presidente da Associação Brasileira de História Oral.

¹ A presidência da Comissão Gulbenkian para Reestruturação das Ciências Sociais, quando da publicação do livro objeto da presente resenha, era exercida por Immanuel Wallerstein (EUA; Diretor do Centro Fernand Braudel da Universidade de Binghamton e presidente da Associação Internacional de Sociologia).

com fórmulas dualistas da ortodoxia cartesiana que insistem na distinção fundamental entre natureza e seres humanos, entre matéria e mente, e entre mundo físico e mundo espiritual. Outros postulados que se mantêm vivos em muitas das produções dessas áreas são os do positivismo racionalista, que relegam a um segundo plano, ou mesmo negam, as contradições inerentes à vida humana, em especial à convivência dos homens em sociedade. Além disso, a inspiração do modelo newtoniano também se faz forte, através da sobrevivência de uma concepção que estabelece uma relação temporal simétrica e linear entre passado, presente e futuro.

Propor um novo caminho para a produção do saber nas diferentes áreas de conhecimento que compõem as usualmente denominadas Ciências Sociais, um caminho renovador e condizente com a complexidade do mundo contemporâneo, foi a motivação que levou Portugal a promover amplos investimentos no projeto “Portugal 2000”. Através da *Comissão Gulbenkian para Reestruturação das Ciências Sociais*, sob auspícios da própria Fundação Gulbenkian, esse país reuniu um grupo interdisciplinar, composto por cientistas de reconhecidas instituições de diferentes países, todos com elevada titulação e destacada competência em diferentes áreas de conhecimento. Tais pesquisadores eram originários, por exemplo, da França, Quênia, EUA, Bélgica, Alemanha, Japão, Haiti, Reino Unido e Zaire. Sua incumbência era desenvolver reflexões e “proceder a um exame das ciências sociais e do papel que elas desempenham, no que se refere tanto às relações entre as disciplinas, como a relação com as humanidades e com as ciências naturais”, com objetivo de contribuir para soluções que se considerem cruciais “para busca comum de um futuro melhor para sociedade” (Fundação Gulbenkian, 1996, p. 9).

Como resultado do encontro, foi produzido um belo e instigante livro, intitulado *Para Abrir as Ciências Sociais*. Sua redação, realizada “a múltiplas mãos”, contou com a colaboração de pessoas vinculadas às seguintes áreas de conhecimento: História da Ciência e da Filosofia, Química, História das Civilizações, Ciência Política, Relações Internacionais, Economia, Antropologia, Geografia, Sociologia, Literatura Comparada e Línguas Românicas.

A pergunta principal feita pelos autores do ensaio metodológico é a seguinte: *Que tipo de Ciências Sociais construir em um mundo marcado*

pela complexidade inerente à heterogeneidade das mais variadas ordens (étnicas, sociais, nacionais, religiosas, regionais, culturais, dentre outras)? Desta questão desdobraram-se outras indagações teóricas e metodológicas, relativas, por exemplo, às relações tempo/espço, objetividade/subjetividade, singularidade/pluralidade, ser humano/natureza. Todas são questões que remetem a uma rica reflexão, realizada pelos autores, sobre a história do conhecimento e da evolução das Ciências Sociais desde o século XVIII até a segunda metade do século ora encerrado. Para desenvolvê-la, revisitaram os séculos XVII e XVIII, nos quais filosofia e ciência, segundo sua interpretação, estavam unidas na busca da verdade. Chegaram ao século XIX, no qual ocorreu o triunfo da ciência positivista e racionalista e o predomínio marcante das chamadas ciências exatas e ciências naturais como paradigmas para a produção de conhecimento, inclusive na própria área das humanidades.

Constatando, portanto, que no século XIX predominaram idéias de que a ciência exata triunfara sobre a filosofia e sobre o imaginário na construção do saber, sintetizaram uma série de considerações sobre a produção do conhecimento naqueles anos. Entre estas destacaram-se as seguintes:

- predomínio de uma concepção nomotécnica e não interdisciplinar das áreas de conhecimento, o que contribuiu para uma compartimentação rígida e uma disciplinarização, muitas vezes estanque, no universo produtor do saber;

- revitalização das universidades, orientadas por pressupostos racionalistas, pela valorização da especialização, pelo retalhamento dos ramos de conhecimento, por um pragmatismo instrumentalizado do ato de conhecer e pela negação da especulação;

- no campo da História: convicção de que é possível comprovar a verdade dos acontecimentos e processos, negando-se a realização de interpretações e análises e supervalorizando-se a narrativa seca e o empirismo.

Alternativa proposta

Às concepções acima expostas, os autores propõem uma alternativa de produção de conhecimento e de difusão do saber. Trata-se

de uma nova concepção epistemológica, renovada, marcadamente interdisciplinar, não compartimentada e, principalmente, revitalizadora da filosofia.

Concluem que é preciso romper com o véu protetor das estruturas disciplinares, ignorando as rígidas fronteiras que impedem a produção compartilhada do saber, inclusive entre as ciências exatas, ciências naturais e ciências humanas e sociais. Além disso, ousam propor uma nova perspectiva pluralista e, portanto, universalista de difusão do conhecimento, para além das fronteiras acadêmicas e universitárias.

Para tanto, sugerem:

- ligação mais sólida entre ensino, investigação e sociedade;
- maior liberdade dos pesquisadores em relação a cânones pré-estabelecidos;
- vinculação umbilical entre os investigadores e a realidade a que estão integrados;
- rompimento com idéias que afirmam a possibilidade da neutralidade no terreno da epistemologia;
- ultrapassagem das divisões estanques de domínios supostamente autônomos do político, do social, do econômico e do cultural.

Apresentam ainda as seguintes proposições, como desdobramentos necessários das propostas nucleares que integram sua visão epistemológica acima discriminada: adoção de uma perspectiva transdisciplinar; recusa da distinção ontológica entre ser humano e natureza; rompimento com moldes analíticos presos aos estados nacionais (visão estadocêntrica), através da afirmação de uma nova lógica, traduzida pelo seguinte postulado: “Pensar globalmente; agir localmente”; rompimento com fórmulas de pensamento endocêntricas, como, por exemplo, o eurocentrismo; adoção de posturas de índole mais “multicultural” ou “intercultural”; respeito aos particularismos, através da consciência de que o universal apresenta-se amalgamado por um conjunto de pluralidades; rompimento com a visão dicotômica que contrapõe objetividade a subjetividade.

Desafios metodológicos da história oral

Tomando como referência as proposições metodológicas apresentadas pelos autores reunidos pela Fundação Gulbenkian, consideramos

pertinente desenvolver algumas análises, especialmente no que tange à adoção da história oral como recorrente procedimento metodológico. Esta adoção tem sido hoje bastante disseminada, em múltiplas facetas: tem se desdobrado na publicação de livros de memória em diálogo com a História; subsidiado a produção de teses universitárias; alimentado grupos de pesquisa; finalmente, tem aberto perspectivas para produção de conhecimentos inovadores sobre a História de temas e sujeitos históricos usualmente relegados a um segundo plano pela historiografia mais tradicional.

Na verdade, a história oral, que pode ser definida como procedimento metodológico estreitamente vinculado à *metodologia qualitativa*, coaduna-se com a renovação epistemológica proposta pelos autores do livro *Para Abrir as Ciências Sociais*. Tal proximidade situa-se no campo de objetivos e procedimentos, e refere-se a seu caráter eminentemente interdisciplinar, pois se movimenta em terreno pluralista, não pertencendo a nenhum ramo de conhecimento de forma exclusiva e impermeável. Em decorrência, a maior parte dos grupos de pesquisa, de diferentes instituições, que se dedicam à produção de fontes orais, tem se caracterizado por um perfil múltiplo, heterogêneo, reunindo profissionais de áreas de conhecimento afins, tais como: História, Antropologia, Sociologia, Lingüística, Ciência Política e, não raramente, Psicologia e Psicanálise, pois o trabalho do pesquisador que lida com a relação memória/história, na verdade, não pode dispensar um referencial teórico complexo e multifacetado.

São muitas as potencialidades da história oral. Atuando no terreno da singularidade e da contrageneralização, possibilita ampliar e renovar a produção do saber sobre diferentes temas: étnicos, religiosos, sociais, políticos, regionais, nacionais, familiares, biográficos, urbanos, rurais. Portanto, ao contribuir para a abertura de novas perspectivas temáticas, integra-se aos princípios de renovação metodológica propostos pela Comissão Gulbekian para Reestruturação das Ciências Sociais, através de um fértil diálogo da História com áreas afins de conhecimento.

Nesse sentido, os pesquisadores que se propõem a enfrentar a tarefa de trabalhar no terreno multifacetado da história e da memória, tanto coletiva como individual, deparam-se cotidianamente com potencialidades, limites e especificidades que fazem da história oral (que se

constitui em extraordinário processo de construção de documento, com interferência do historiador) um rico e atualizado desafio intelectual – um desafio próximo à revolução metodológica proposta pelos autores da Comissão Gulbenkian: “abrir as ciências sociais”, e traduzido pelas características abaixo discriminadas:

- singularidade como característica peculiar e essencial aos processos históricos narrados por sujeitos históricos específicos;

- potencialidade para revelação de novos campos para a pesquisa, novas hipóteses de trabalho, novas versões sobre processos históricos e adoção de interpretações alternativas às já consolidadas pela historiografia oficial;

- possibilidade de recuperação de informações que não se encontram registradas em outros tipos de documentos, especialmente no que tange à história de movimentos sociais e étnicos, à esfera da vida privada, a movimentos de articulação do poder, entre outros;

- dimensionamento de uma temporalidade múltipla, não linear, através da relação presente/passado e da consideração da categoria tempo segundo a experiência temporal dos entrevistados e entrevistadores.

A leitura do livro que se apresenta em traços gerais por esta resenha, portanto, é estimulante e fundamental para a comunidade de pesquisadores que têm buscado inovar e construir de forma criativa e consistente novos conhecimentos na área da História e das Ciências Sociais.